



Assembleia Municipal de Odivelas

Ata nº 10 /2015

ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **sete** dias do mês de **maio** do ano **dois mil e quinze**, pelas **vinte horas e vinte e oito minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **7ª Sessão Extraordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. -----

PONTO 2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DA MUNICIPALIA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS E.M:- -----

- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1 DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO 2014 -----

- PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DE 1 DE NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO 2014. -----

PONTO 3 - APROVAÇÃO DA ATA DA 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 18 DE DEZEMBRO -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade**;-----

Na bancada do **PS**, o Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Nuno Gaudêncio**, por **Ricardo Oliveira**; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **José Falcão**, pelo Membro **Luís Santos**;-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **João Curvêlo**, pelo Membro **Inês Ferreira**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Pedro**, pelo Membro **João Pinto**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Monteiro**, pelo Membro **Florentino Serranheira**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lídia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues**;--

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **37** Membros da Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis pelo **Sr Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins**, e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs Vereadores: Paulo César Teixeira, e Edgar Valles, pela bancada do PS, Carlos Bodião, pela bancada do PSD, Maria da Luz Nogueira e Rui Francisco, pela bancada da CDU. -----

Havendo quórum, o **Sr Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Proposta de Recomendação** sobre “ **Adoção de linguagem inclusiva em todos os documentos municipais**.” (documento nº 1), que seguidamente se transcreve. ----

“Considerando que: -----

1. *Vinte anos depois da adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing são muitos os desafios e as dificuldades na promoção da igualdade de género e no empoderamento das mulheres. Nas Nações Unidas discute-se a agenda de Desenvolvimento do Pós 2015 enquanto as*



Assembleia Municipal de Odivelas

- mulheres continuam a lutar contra a pobreza e por uma mudança política, social e cultural que lhes permita uma vida digna e uma cidadania plena; -----*
- 2.-- A contestação feminina ao uso de linguagem sexista e a luta pelo reconhecimento de direitos civis e políticos não é nova. Em 1791, Olympe de Gouges escreveu a Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne, em resposta à Déclaration des droits de l'homme et du citoyen. A sua luta pela igualdade custou-lhe a vida;-----*
- 3.-- Em Portugal, a nível legislativo é de assinalar a aprovação da lei que tornou a violência doméstica crime público e a lei da paridade. Mas os desafios e as dificuldades na promoção da igualdade de género são imensas; -----*
- 4.-- As mulheres em Portugal enfrentam também um nível insatisfatório de consciência e sensibilização para as questões de género por parte do governo e nas estruturas da administração pública; -----*
- 5.-- Para além da partilha desigual das responsabilidades entre mulheres e homens na gestão da vida familiar baseada nas representações genderizadas dos papéis sociais, da desigualdade salarial entre homens e mulheres, da elevada taxa de desemprego e de pobreza entre as mulheres e do reduzido número de mulheres nos processos de decisão económica e de decisão e representação política, as mulheres em Portugal enfrentam também um nível insatisfatório de consciência e sensibilização para as questões de género por parte do poder público central e local e nas estruturas da administração pública;-----*
- 6.-- Apesar do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação prever a realização de um estudo para avaliar o grau de utilização de linguagem inclusiva na administração pública, o próprio Plano da Igualdade, publicado no Diário da República, não respeitava as orientações do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género uma vez que as regras de legística da Imprensa Nacional permitem a "correção" dos textos ou seja promovem a perpetuação do uso de linguagem discriminatória. -----*
- 7.-- A jornalista Andreia Sanches, em num artigo publicado no jornal Público em janeiro de 2014 aponta que na lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, de 2007, no artigo 4.º, lê-se que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género deverá ser dirigida por um presidente, coadjuvado por um vice-presidente sem mencionar a hipótese de ser nomeada uma presidente ou uma vice-presidente, apesar de até à data terem sido sempre mulheres a liderar a Comissão; -----*
- 8.-- A negligência do governo em respeitar o uso de uma linguagem inclusiva, em que ambos os sexos sejam mencionados de forma igual e paralela, tem como expoente máximo o cartão de cidadão. A obtenção do cartão de cidadão é obrigatória para todos os cidadãos nacionais, residentes em Portugal ou no estrangeiro, a partir dos 6 anos de idade ou logo que a sua apresentação seja exigida para o relacionamento com algum serviço público. O cartão de cidadão é por definição um*



Assembleia Municipal de Odivelas

documento autêntico que contém os dados de cada cidadão relevantes para a sua identificação mas que na verdade não respeita a identidade de 5.515.578 cidadãos, mais de metade da população; -----

9.-- *Por proposta da Mesa, aceite unanimemente, o Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas foi construído com base em linguagem inclusiva do ponto de vista do género;-----*

10. *Alguns regulamentos e programas municipais perpetuam linguagem discriminatória, como acontece no caso do "Cartão Jovem Cidadão" ou do "Cartão Municipal Sénior", por exemplo. -----*

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 7 de maio de 2015, recomenda ao executivo municipal que: -----

1.- *Corrija todos os seus programas e regulamentos, todas as publicações municipais, todos os documentos e formulários de todos os serviços tutelados pelo município para que adotem uma linguagem verdadeiramente inclusiva;-----*

2.- *Cumpram as recomendações do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, recorrendo ao uso de linguagem não discriminatória de género."-----*

Pelo **Sr Presidente da Assembleia Municipal**, foi colocada à votação a admissão e discussão do documento supra mencionado tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

No âmbito do **Período Antes da Ordem do Dia**, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Em representação da Assembleia Municipal estive ontem no DGAL numa Conferência sobre a Administração Local e Fundos Comunitários que contou com a presença do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Manuel Castro Almeida.-----

Esta iniciativa, que decorreu no DGAL foi focalizada nas autarquias locais e decorre num momento em que diversos Programas Operacionais do Portugal 20-20 se encontram em desenvolvimento e aplicação. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Este é um tempo apropriado para impulsionar iniciativas, suscitar a transmissão de informação, manter o diálogo ativo e até esclarecer eventuais dúvidas. -----

Quero trazer aquilo que de essencial foi dito. -----

Estes fundos à disposição de Portugal que irão ser aplicados até 2020 são essencialmente destinados à Competitividade e Internacionalização das nossas empresas e não são destinados a Infraestruturas e equipamentos que, essencialmente era a função do último quadro comunitário de apoio – QREN. -----

O seja, o principal objetivo é pôr as empresas a vender mais e melhor. -----

Para este sector há uma verba de, sensivelmente 3.000 milhões de euros. -----

Há um reforço dos Programas Operacionais Regionais em cerca de 30%. -----

Norte, Centro e Alentejo vão ter um aumento de cerca de 27% e há uma aposta clara em Lisboa, sensivelmente na área metropolitana em cerca de 170%. Esta é uma opção clara do governo porque é essencialmente aqui que está sediado o maior número de empresas com capacidade de exportação. -----

Há uma grande componente destinada ao combate à exclusão social e aí o Norte, Centro, Alentejo e Açores vão ter cerca de 93% das verbas e Lisboa, Algarve e Madeira cerca de 7%. -----

Apesar destes fundos para combate à exclusão social não se vão corrigir as assimetrias que se verificam neste momento. Espera-se sim, que venham a ser atenuadas. -----

Num pequeno quadro daquilo que foram os fundos comunitários ao longo dos últimos 28 anos, verifica-se o seguinte: -----

Nos primeiros 10 anos Portugal recuperou 12 pontos percentuais em relação à média do PIB da união europeia. -----

Mas nos últimos 18 anos Portugal divergiu 1 ponto percentual em relação ao PIB da União Europeia, apesar do alargamento verificado que baixou a média do PIB. -----

Como sabem o PIB mede a riqueza que é gerada por determinado país e o que é verdade é que uma coisa é ter 70% da média europeia, outra coisa é ter essa percentagem e ter Água, Luz, Gás, Infraestruturas, Escolas e Equipamentos. -----

Portanto, apesar desta divergência, Portugal está hoje incomparavelmente melhor do que estava há 30 anos atrás, penso que ninguém tem dúvidas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Registam-se porém ainda grandes assimetrias e há gente que está de fora:-----

- Crianças;-----
- Idosos;-----
- Doentes.-----

Assim, este quadro do Portugal 20-20 em relação ao último quadro (QREN) triplicou as verbas de 500 milhões de euros para 1.500 milhões de euros para a inclusão social.-----

Nos programas anteriores nunca houve tanta percentagem de Fundos Sociais Europeus e menos FEDER como há agora, e as verbas nem sempre foram aplicadas da melhor maneira. Só um pequeno exemplo. ----

Nó último quadro do QREN havia uma determinada verba para equipamentos escolares, cerca de 2.000 milhões de euros, mas esse investimento foi concentrado em determinadas escolas em detrimento de um investimento globalmente mais diversificado pelas diversas escolas.-----

Agora, as verbas para estes equipamentos são de cerca de 350 milhões de euros porque a União Europeia acha que Portugal já aplicou muito dinheiro em equipamentos escolares em relação ao número de alunos existentes. -----

A capacidade para poder ter mais ou menos verbas deste programa depende de cada autarquia e dos projetos que apresente, tendo em conta que as verbas estão essencialmente centradas no FSE e não do FEDER. -----

Ou seja, mais competitividade e inclusão social e menos equipamentos. -----

Os autarcas do futuro não podem medir o seu sucesso pelo número de placas que descerram. -----

Existe agora um conceito de Concelho versus Município onde as pessoas e as empresas estão em primeiro lugar e quem não se adaptar e optar por outro paradigma vai ter problemas porque não vai poder aceder às verbas disponíveis. -----

O autarca do futuro tem de ser um agente económico e social e não um agente e promotor de construção civil.-----

As câmaras têm agora 3 vias para aceder aos fundos:

- 1 – Apresentam diretamente a sua candidatura; -----
- 2 – Beneficiam de fundos contratualizados com as Área Metropolitanas ou Comunidades Intermunicipais; ---
- 3 – Utilizam fundos que estão destinados a centros urbanos de nível superior conforme estão definidos no PNOPT (cerca de 80), que podem apresentar projetos na área do desenvolvimento urbano sustentável. ---

Nos pontos definidos, não estão mencionados os objetivos temáticos em área como: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

Regeneração Urbana; -----

Reabilitação Urbana. -----

Mas há uma abertura em áreas como: -----

Redução das Emissões de Carbono; -----

Eficiência Energética. -----

E aqui poderá haver uma janela de oportunidade no sentido de haver linhas de crédito para obras em habitações de necessitem de ser melhoradas em termos de eficiência energética. -----

Essas verbas que eventualmente sejam atribuídas não o são a fundo perdido mas beneficiaram de uma taxa de juro muito favorável e prazos de pagamento longos e são atribuídas a nível individual. -----

Com imaginação as câmaras também poderão candidatar-se e ter sucesso desde que apresentem projetos viáveis nas áreas que mencionei anteriormente. -----

Uma última chamada de atenção para os municípios que ainda não completaram os programas a que se candidataram (QREN) e que têm muito pouco tempo para os concluir, já que, apesar da taxa de execução ter ultrapassado os 90%, o governo tem intenção de executá-lo na sua plenitude, ou seja, a 100% -----

Existem ainda projetos que estão em "stand by" e se estes municípios não os completarem a tempo poderão eventualmente ter de devolver as verbas entretanto recebidas, que serão afetadas a novos projetos, tendo também em conta que aqui houve uma espécie de overbooking no que respeita a projetos. --

Não sei se existe alguma situação destas em Odivelas, mas só quero alertar para este facto. -----

Muito sinteticamente foram estas as linhas gerais que foram desenvolvidas na Conferência." -----

Florentino Serranheira, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção sobre o problema da COMETNA, designadamente sobre o estado de abandono desta. Fez ainda referência à necessidade de se proceder à descontaminação do espaço. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para questionar sobre a possibilidade da Comissão de Proteção de Jovens em Risco poder estar presente numa reunião da AMO para apresentação do ponto de situação de Odivelas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal prestou os esclarecimento tidos por convenientes, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve. -----

*"Há precisamente 70 anos a Alemanha Nazi capitulava! -----
Era o fim do Terceiro Reich e da Segunda Guerra Mundial. -----
Para traz, ficava um rasto de destruição, perseguições, violência, ódio, genocídio e morte de milhões de
pessoas nunca visto pela humanidade. -----*

*A Europa estava devastada e em desespero, e a ameaça da Guerra continua presente! -----
Não bastando a tragédia humana vivida, a sua divisão em dois blocos pelas novas superpotências (EUA e
URSS) trás de novo o ambiente de insegurança que se materializa através da Guerra Fria. -----
Surge a ameaça da Guerra Nuclear! -----*

*Em 9 de Maio de 1950 é assinado o Plano Schuman onde é proposto a criação da Comunidade Europeia
do Carvão e do Aço (CECA). -----
Foi fundamental para criar a prosperidade aos europeus e para a construção da União Europeia tal como a
vemos hoje. -----*

*Este passo só foi possível pela visão humanista e de futuro de um conjunto de pessoas, onde se destacam
Jean Monet, Robert Schuman e Konrad Adenauer. -----*

*Depois desse marco, a Europa assistiu a uma prosperidade e desenvolvimento sem precedentes e
sobretudo em Paz entra as nações. -----*

*Portugal até ao 25 de abril de 1974 continuava na dimensão política dos derrotados da Segunda Guerra
Mundial e perpetuava a pobreza e miséria da sua população. -----*

*Passados 36 anos da criação da CECA, Portugal adere à Comunidade Económica Europeia. -----
O Partido Socialista foi um pilar fundamental e contribuiu decisivamente nos alicerces desta concretização
política. -----*

*A entrada de Portugal para a CEE, trouxe a prosperidade aos Portugueses e proporcionou um novo
caminho de desenvolvimento humano, social, económico e ambiental. -----*

*No entanto, passados 40 anos de Democracia atravessamos o período mais trágico da vida colectiva
portuguesa! -----*

*Quando o País é governado por uma miuçalha, travestidos de neoliberais, em que sua dimensão de acção
política e governação se resume à indignidade e ao estilo de disputa de "bairrada", os resultados certamente
não serão os melhores! -----*

*Apesar do marketing político, de muitos tropeções e demagogia, a Coligação não estancou a dívida que hoje
se cifra acima dos 130 por cento! -----*



Assembleia Municipal de Odívelas

Não bastando e usando a doutrina de choque, promoveu cortes orçamentais que estão levar à destruição do Serviço Nacional de Saúde, da Educação Pública e da Segurança Social. -----

Concessiona serviços públicos essenciais e estratégicos, alegando a sua falência e falta de capacidade do Estado fazer os investimentos necessários. -----

Os exemplos são o abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos e transportes públicos (Carris e Metro) sectores bastante apetecíveis para o sector privado. -----

Não criou Emprego como prometera mas, conseguiu gerar precariedade laboral, desemprego, desespero, miséria e emigração!-----

Desde junho de 2011 até Dezembro de 2013 os números da emigração ultrapassavam as 350 mil pessoas.

Hoje, o número de pessoas que saíram do país à procura de melhores condições de vida e de emprego passa as 500 mil. -----

Depois de Miguel Relvas dizer abertamente aos portugueses para emigrarem, estranhamente, em Março deste ano o Governo aprova o Programa Vem...! -----

Tirem as vossas conclusões! -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

A linha de governação da Coligação PSD/CDS não está dissonante do que se passa no resto da Europa. ---

Há mais de uma década que a União Europeia é governada pela Direita e com o centro de decisão na Chancelaria em Berlim. -----

Existe uma crise profunda que tarda em desaparecer e que marca uma clara divisão da Europa entre Norte e Sul. -----

Exemplo real é a resposta da União Europeia à tragédia do mediterrâneo. -----

Vários países do sul estão com graves problemas no acolhimento das pessoas que fogem da fome, miséria, instabilidade política, perseguições étnicas e religiosas, e de conflitos armados. -----

As suas fugas têm origem em muitos países, como o Senegal, Mali, Nigéria, Sudão, Eritreia, Somália, Darfur, Síria, Iraque, Iéman, Paquistão, entre outros. -----

O mediterrâneo está transformado num cemitério ao qual, muitos países da União Europeia viram as costas hipocritamente, achando que é um problema dos países do Sul. -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Estão a voltar os símbolos e ódios antigos. -----

Basta observar o conflito na Ucrânia e com frequência surgirem símbolos Nazis. -----

Hoje, a ascensão da extrema direita tem expressão eleitoral e ganha lugares em parlamentos! -----

Facilmente esquecemos o que foi a primeira metade do século XX, vivida em crise económica, desemprego, pobreza, miséria, fome, ódio, genocídio e guerra. -----

Foi o terreno fértil para a ascensão do Nacional Socialismo e do Fascismo. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Longe vai a memória da Europa, ao perpetuar o esquecimento de ao longo dos séculos ser um território de conflitos sangrentos, e do motivo fundamental da fundação da União Europeia ser a Paz e a Humanidade.” -

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, proferir uma declaração política que seguidamente se transcreve:

“Como não é demais realçar, a situação social, económica, financeira e política do País registou um significativo agravamento nos últimos anos. -----

O agravamento da situação social espelha-se no brutal aumento do risco de pobreza, do desemprego, da precariedade no emprego e noutros índices que nos mostram um País que percorre uma trajetória de declínio. -----

Como é igualmente conhecido, a economia portuguesa mantém as debilidades que a caracterizavam e revela um crescimento anémico que, confrontado com outros países, mais não significa do que um retrocesso. -----

A dívida pública continua a crescer, o que vem demonstrar à evidência a sua insustentabilidade, dando razão aos que, como nós, há muito apontam a exigência da sua renegociação. -----

Do ponto de vista político, os últimos tempos caracterizam-se por uma tentativa de subversão do regime democrático, de que são sinais evidentes os confrontos com o Tribunal Constitucional, os ataques ao Poder Local Democrático e o conjunto de medidas que visam a aceleração de transferência de rendimentos do fator trabalho para o grande capital transnacional. -----

Acresce a tudo isto o profundo desrespeito pela Soberania Nacional. -----

Este quadro que tentámos resumidamente caracterizar é, para nós, motivo de crescente preocupação e merece a melhor atenção de todos. -----

É neste quadro que somos todos os dias “bombardeados” com notícias e dissertações de que a situação económica e social do País está melhor. Dizem que estamos a sair da crise, que a economia está a crescer, que há menos desemprego, etc., etc...Quem escute tal retórica eleitoralista e esteja distraído ou fora das realidades, até pensará que Portugal está a vencer as dificuldades. -----

Confrontemos pois a propaganda com a realidade através de alguns números: -----

Desemprego – Os dados oficiais de Fevereiro último apontam para os 14,1%, mas o desemprego real e a subocupação atingem mais de 1 milhão e 200 mil portugueses; -----

Entre os jovens o desemprego passou de 20,9% em 2009, para 34,8% em 2014, estando atualmente na ordem dos 35% - razão primeira da emigração massiva dos jovens trabalhadores; -----

O desemprego de longa duração passou de 46,5% em 2009 para 65,5% em 2014, o que equivale a dizer que cerca de 2/3 dos desempregados estão nessa situação há mais de um ano. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Emprego – cada vez mais precário e mais mal pago. A flexibilização das leis laborais são sinónimo de uma total desregulação de horários, de direitos e de condições de trabalho, assistindo-se à redução massiva dos rendimentos do trabalho, não só através dos cortes salariais e da inexistência de progressões profissionais, mas também pelo aumento do horário semanal de trabalho na Administração Pública e pela redução dos dias de férias e feriados. -----

Impostos – aumento brutal do IRS, enquanto o IRC baixa para as grandes empresas. Os lucros dos grupos económicos atingem valores elevadíssimos, nunca antes vistos. -----

Empobrecimento – a pobreza está a atingir 11% da população empregada e 40,5% dos desempregados. Em contraponto com esta dura realidade, na **Banca** são enterrados milhares de milhões de euros nos buracos e negócios fraudulentos do BPP, BANIF, BPN, BES e são garantidos mais uns milhares de milhões em benefícios fiscais. -----

Setor empresarial do Estado – vende-se ao desbarato o património público aos grandes interesses económicos estrangeiros como o foram as recentes operações na EDP, REN, ANA, CTT, GALP e os negócios do ramo segurador e da saúde da CGD. Pior ainda, utilizam-se esses 9,2 mil milhões de euros, que terão valido essas privatizações, para garantir o pagamento de juros da dívida. -----

Este é sem dúvida um retrato mais real! -----

Este é o estado em que o PS e o governo PSD/CDS colocaram o País, numa obediência cega ao capital nacional e estrangeiro. Agora, numa fúria privatizadora, o Governo prepara-se para concretizar a alienação da TAP, CP CARGA, EMEF, CARRIS, STCP e METRO, entre outras. -----

A aprovação pelo Governo PSD/CDS-PP dos chamados Programas “Nacional de Reformas e de Estabilidade” e a apresentação pelo PS do cenário programático “Uma década para Portugal”, revelam por si o seu propósito de manterem o rumo de exploração, empobrecimento e declínio imposto ao País pela política de direita. -----

Da parte do Governo, é demonstrado de forma inequívoca que Portugal não recuperou a sua soberania nem deixou de estar sob o “protetorado”, mantendo a submissão do nosso País às exigências da União Europeia e ao processo de aprofundamento de integração capitalista. Disseram que as medidas, que designam como de austeridade, eram temporárias, mas o que se pretendia, como o PCP e a CDU alertaram, era a imposição e consolidação de um novo e mais elaborado patamar de exploração, de roubo aos rendimentos e de ataque aos direitos e condições de vida, acentuando a crescente desigualdade na distribuição da riqueza e assegurando o processo de concentração e centralização de capital. -----

Estas opções do PSD e CDS não são distintas daquelas que o PS veio a reafirmar com o conjunto de medidas divulgadas com a apresentação do cenário programático “Uma década para Portugal” onde, para além de ignorar as causas e responsabilidades sobre a atual crise, anuncia a intenção de prosseguir a mesma política que conduziu o País à atual situação de desastre e declínio. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Tal como o Governo PSD/CDS, o PS quer manter o confisco dos salários dos trabalhadores da Administração Pública no próximo ano; quer manter, no essencial, a brutal carga fiscal que incide sobre os rendimentos dos trabalhadores; quer manter as medidas mais gravosas do Código do Trabalho; quer manter em sede de IRC os instrumentos que permitem aos grupos económicos e financeiros realizar um "planeamento fiscal" para facilitar a fuga aos impostos do grande capital; propõe-se manter e prosseguir a política de privatizações (batizando-as de concessões); admite o congelamento de salários na Administração Pública e das pensões de reforma até 2019; perspectiva uma perda, que pode atingir os 6 %, no valor das remunerações de trabalho em termos reais entre 2016 e 2019. Enfim, o PS não só não rompe com a política de desastre nacional como se propõe mantê-la, com este ou aquele acerto quanto ao ritmo e ao modo de a concretizar. -----

É tempo de dizer basta! A toda esta política de direita, que vende a retalho e ao desbarato todo um País.-----

É tempo de os portugueses, perante a estratégia comum de exploração, empobrecimento e declínio nacional que continua a unir PS, PSD e CDS, mais se reforça a inadiável necessidade de romper com a política de direita. Está nas mãos dos trabalhadores e do povo dar força à exigência de uma política que lhes devolva os seus direitos, que promova a melhoria das suas condições de vida e lhe garanta a afirmação do seu direito soberano de decidir de acordo com os seus interesses e aspirações. -----

Afirmando as soluções para o País, o PCP e a CDU continuarão a intervir, não só para denunciar toda a propaganda e mentiras que se avolumam à medida que nos aproximamos das eleições legislativas, mas também para afirmar a necessidade imperiosa de uma política alternativa, patriótica e de esquerda e de um governo que a concretize." -----

Presidente da União de Freguesias Pontinha e Famões, **Corália Rodrigues**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para fazer referência à intervenção do Sr. Deputado da CDU, refutando a ideia que a freguesia de Famões se encontra abandonada, tendo referido o que a Junta de Freguesia tem feito por Famões.-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Tanto quanto sabemos o futuro será radioso se e quando o PS ganhar as eleições.-----

Agradecemos as sugestões que foram enviadas pela bancada do PSD para o programa do PS e que foram aceites, Referimo-nos essencialmente às que dizem respeito à reposição da sobretaxa do IRS, e reconhecemos que, em princípio, as do PS são mais rápidas, estilo turbo. -----

Outra boa notícia é que vai haver mais dinheiro no bolso dos portugueses devido à diminuição da TSU e isso vai ser "neutro" para a sustentabilidade da Segurança Social, não interessa se isto é verdade ou não. O



Assembleia Municipal de Odivelas

que realmente interessa é que após quatro anos a TSU volta novamente a aumentar e mais tarde os novos pensionistas verão as suas pensões diminuídas. -----

Outro assunto que nos preocupa é que não há uma palavra para as freguesias, ou seja, não há uma palavra para o "desfazer" da agregação das freguesias que foi levada a cabo pelo governo do PSD/CDS e isso o PS prometeu fazer através do seu anterior secretário-geral. -----

Para já é o que temos a dizer até se conhecer em profundidade o programa do PS. -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"O PCP apresentou recentemente na AR uma proposta na qual pretendia alterar a Lei 91/95, por forma a acelerar o processo de reconversão urbanística dos bairros de génese ilegal (AUGI). -----

A morosidade e complexidade que tem marcado o processo de reconversão das AUGI, que está longe de ser concluído, são da maior importância para que este processo não se eternize, sob pena de defraudar as expectativas dos moradores que anseiam pela resolução definitiva de ver legalizada a sua habitação. -----

Aperfeiçoar a Lei das AUGI, foi o sentido geral que esteve presente na proposta da bancada comunista, na qual foram avançadas medidas concretas, traduzidas na eliminação de alguns constrangimentos, agilizando procedimentos e propondo a prorrogação do prazo de vigência, para que os processos de reconversão em curso pudessem tramitar até à sua conclusão. -----

Pretendia o PCP, que fosse entregue às câmaras municipais a possibilidade de estas procederem à divisão dos prédios em compropriedade, quando integrem as AUGI. -----

E considerando as dificuldades económicas sentidas por muitos dos comproprietários, defendia ainda aquela proposta a redução do IVA, para estudos e projetos, obras de infraestruturas, espaços verdes e construção de equipamentos, quando no âmbito da responsabilidade das comissões de administração conjunta. -----

Esta proposta previa ainda a prorrogação do prazo de constituição das comissões de administração até ao fim do ano de 2015 e para a obtenção do título de reconversão até ao ano de 2020. -----

Mas como tudo o que é proposto em defesa dos mais desprotegidos, dos mais pobres ou com maiores dificuldades, a posição da maioria que suporta o Governo (PSD e CDS), foi de votar contra, mas também o PS e o BE se abstiveram, não entendendo a razão e a bondade da proposta do PCP. -----

Mais uma vez, juntamos a nossa crítica à dos que continuam a lutar pela legalização dos seus bairros e das suas casas, vendo aumentar as suas dificuldades sem uma solução que lhes permita atingir este justo objetivo. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pedro Roberto, pela bancada do **PSD**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve-----

"O PSD apresentou na Assembleia da Republica um Projeto de Resolução que pretende que o Governo defina uma estratégia para o aprofundamento da cidadania e da participação democrática e política dos jovens. -----

A nossa experiência democrática não pode ofuscar a necessidade permanente de continuarmos a alimentar os nossos valores democráticos em sociedade. -----

Recordamos a degradação crescente da participação política dos jovens portugueses, bastando para isso analisar as taxas de abstenção nos diferentes atos eleitorais. -----

Face a esse cenário a iniciativa do PSD pretende: -----

Que se assegure disponibilidade de oferta formativa da disciplina de ciência política no ensino secundário, como optativa, para todos os alunos; -----

Que seja considerada a promoção e introdução progressiva da cidadania e da ciência política no ensino básico; -----

A criação de uma campanha nacional que promova a sensibilização, de todos os Agrupamentos de Escola, para a necessidade de se levar a cabo esta estratégia. -----

Esperamos que esta iniciativa incentive os jovens a aproximarem-se na política e que reconheçam a necessidade de participarem na vida pública do seu país."-----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para tecer considerações sobre a intervenção do deputado Fernando Painho. -----

Presidente da União de Freguesias Ramada e Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, em nome da bancada da CDU. -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para responder às afirmações feitas por Ilídio Ferreira. -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para fazer referência ao acordo feito entre a CDU e o PSD na Câmara de Loures. Referindo que ambos estão de acordo na questão da agregação das freguesias. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelas 21h20m, foram interrompidos os trabalhos. -----

Pelas 21h44m, os trabalhos foram retomados.-----

Retomados os trabalhos usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, efetuou um pedido de interpelação à mesa para questionar as propostas de separação das freguesias. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Na rua Francisco Ribeiro, integrada na segunda fase da Urbanização da Ribeirada encontra-se um terreno (baldio) com um formato de meio círculo destinado a um equipamento de utilização pública, no caso e de acordo com o loteamento um jardim-de-infância e Creche. Contudo, por via de legislação posterior estes equipamentos apenas se podem projectar integrados em escolas básicas. -----

A área do terreno da rua Francisco Ribeiro não é suficiente grande para que se possa construir um equipamento com essas características: uma EB1 JI. Aliás, essa premissa levou o município a optar pela construção de um equipamento do género concessionado aos jardins-escola João de Deus, em espaço maior, na mesma urbanização, no Largo Artur Semedo (por trás da avenida Amália Rodrigues e das ruas Laura Alves e Cristóvão Colombo). -----

Ora perante estas evidências levantam-se duas dúvidas: Se existe acordo entre a Câmara Municipal de Odivelas e o urbanizador sobre o futuro do espaço e quais são as opções para o equipamento ali construir. -

De referir que o terreno se encontra totalmente desaproveitado, sem tratamento periódico, sendo apenas cortada a vegetação agreste trimestralmente, subvertendo completamente os propósitos qualitativos com que a urbanização foi apresentada à maioria dos seus utentes entre 2004 e 2008. -----

Assim, e perante estes factos suscito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas que me sejam dadas respostas às seguintes duas questões:-----

I. Qual é o entendimento da Câmara Municipal sobre o destino a dar ao referido espaço?-----

II. Se existe algum projecto para o local a executar a curto ou médio prazo para o local? -----

Para evitar alguma dúvida sobre a localização do terreno, junto duas imagens do mesmo, uma extraída do mapa interactivo publicado no sítio da Câmara Municipal de Odivelas.”-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Susana Santos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para propor alterações ao Documento n.º 1 e apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

“Portugal é ainda hoje o 3º país mais desigual da Europa. -----

Os 20% mais ricos têm um rendimento seis vezes superior ao dos 20% mais pobres. -----

O INE revelou no início deste ano, que a taxa de risco de pobreza aumentou novamente. Mais de um quarto da nossa população vive atualmente em privação material, sem qualquer prestação ajuda do estado para fazer face sequer às necessidades básicas. Esta taxa é ainda mais elevada nas mulheres e nas crianças (cerca de 25,6%). -----

Diminuir as desigualdades é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e coesa. -----

Não há caminhos fáceis, não é um designio que se construa de um dia para o outro, mas todas as evidências nos mostram que a escola (a escola pública, de qualidade, para todos e todas) pode e deve ser um instrumento insubstituível para a correção de assimetrias e promoção da equidade. -----

Em Odivelas temos vindo a fazer esse caminho consistente, com um investimento continuado, quer na requalificação e modernização do parque escolar, quer na consolidação de um conjunto de políticas de apoio às famílias e combate ao insucesso e abandono escolar. -----

Odivelas é um dos poucos municípios do País que oferece os manuais e fichas escolares a todos os alunos e todas as alunas da rede pública do 1º ciclo do ensino básico. Uma medida que tem o mérito de ser universal e que representa uma ajuda muito importante para muitas famílias. -----

E porque no existe sucesso escolar com carências alimentares, Odivelas fornece também aos seus alunos e alunas do pré escolar e 1º ciclo 100.000 pequenos almoços, almoços e lanches por mês, o que representa um investimento anual de 1 Milho de Euros. -----

Também o projeto SEI tem sido um instrumento precioso, e muito reconhecido pela comunidade educativa, para que muitos e muitas jovens completem o seu ciclo educativo e aumentem as suas possibilidades de sucesso na sua vida profissional e pessoal. -----

Durante o último mês todas as atenções se concentraram na educação, com a realização de uma série de encontros, reflexões e iniciativas que congregaram toda a comunidade educativa do Concelho. -----

A Bancada do PS destaca as Jornadas do projeto SEI, a mostra de ofertas profissionais e educativas e o OPEN SEI aberto às Associações de Pais. -----




O desporto escolar teve, também, um papel relevante, com o Campeonato Regional de Desporto escolar na modalidade de Boccia para os alunos com NEE's e o Encontro Regional de GiraVólei. -----

O trabalho desenvolvido pelo Município de Odivelas serve também, e como não poderia deixar de ser, de catalisador e estímulo para toda a comunidade educativa. -----

A FAPODIVEL, pelo seu dinamismo e atitude sempre assertiva, é disso um bom exemplo. Após a organização do excelente debate com todos os Grupos Parlamentares a propósito da Municipalização da



Assembleia Municipal de Odivelas



Educação, no próximo sábado terá lugar o seu VIII Encontro Concelhio, subordinado á temática “Ser Professor Hoje”. -----

A resiliência de toda a comunidade educativa odivelense — pais, professores, pessoal no docente, alunos e câmara municipal — tem sido absolutamente notável. -----

Notável, apesar dos inúmeros cortes e constrangimentos que têm vindo a ser colocados por este Governo. Um governo suportado numa maioria cuja linha orientadora ideológica é que a escola no deve ser um instrumento de igualdade de oportunidades mas sim um mecanismo de seleção dos mais fortes e com mais recursos. -----

Uma linha ideológica orientadora que quer uma escola pública depauperada para urna maioria (de preferência silenciosa...) e urna escola privada para a perpetuação das elites. -----

Em Odivelas resistimos. Resistimos todos juntos por uma escola pública de qualidade. Urna escola pública para todos e para todas. -----

Parabéns á Câmara Municipal de Odivelas e a toda a comunidade educativa. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção para saudar o trabalho feito pelo Vereador Hugo Martins quanto à limpeza do espaço.-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para sugerir alterações ao documento do BE.-----

Luís Santos, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção para referir que acedeu à proposta apresentada pelo PS, de alteração da Proposta de Recomendação. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“A Proteção Civil tem como objetivo a prevenção de riscos coletivos, inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo. -----

Este foi um tema em debate na Proposta de Lei do Governo que visa alterar a Lei de Bases da Proteção Civil. Esta Lei já não sofre alterações há 8 anos, e por isso deve ser atualizada e adaptada à realidade, atendendo à importância da matéria que regula. -----

A presente alteração decorre da experiência decorrente da Lei em vigor, mas também das várias alterações que se fizeram sentir com o passar destes anos, quer ao nível legislativo, quer ao nível da própria estrutura administrativa do país, sendo exemplo disso a extinção dos Governos Cívicos. -----

Destaca-se a alteração de alguns dos aspetos essenciais da Proposta do Executivo. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O reforço da aplicação do princípio da subsidiariedade entre os diversos atos de declaração de alerta, de contingência e de calamidade, reformulando o conteúdo do seu âmbito material e instituindo a regra que obriga à existência prévia de atos do patamar precedente, sempre que necessária a declaração da situação de contingência ou calamidade. -----

No que respeita à composição das Comissões de Proteção Civil é reforçado o seu peso enquanto estruturas de coordenação política. -----

Ainda quanto à presidência das comissões distritais de Proteção Civil deixa de ser atribuída ao Comandante Operacional Distrital passando a função a ser exercida por um dos três presidentes de câmaras municipais designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

É clarificada a distinção e a separação de competências entre os agentes de Proteção civil e as entidades com dever de cooperação no âmbito da Proteção Civil. Por fim, um enquadramento específico para os espaços sob jurisdição da Autoridade Marítima. -----

Esta Proposta já mereceu um debate alargado, cabe agora ao Parlamento apreciar, discutir, consensualizar e aprovar esta Proposta, sempre com o intuito de não só obter as melhores soluções mas, sobretudo, de conferir estabilidade necessária a essas mesmas soluções. -----

É que a se é fundamental manter a lei atualizada e adaptada à realidade presente, não é menos necessário dar estabilidade às soluções legislativas, pois isso permitirá aos agentes envolvidos programar e desenvolver as suas atividades num quadro de operação bem conhecido por todos.” -----

Miguel Galante, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para abordar a questão da política do governo. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi colocado à votação o documento supra mencionado: ---

O documento nº 1, **Proposta de Recomendação** sobre “ **Adoção de linguagem inclusiva em todos os documentos municipais**”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor do PS, CDU, BE e CDS/PP e com os votos contra do PSD** -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação dos seguintes esclarecimentos: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

"Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, começou por esclarecer que relativamente ao QREEN, a Câmara Municipal apresentou 3 candidaturas em regime de overbooking, uma no âmbito do parque escolar, uma segunda no âmbito da modernização administrativa no âmbito relativa a uma aplicação informática, e uma terceira, já aprovada, no âmbito da capacitação institucional, parceria efetuada com a Câmara Municipal de Loures com vista a potenciar a nossa incubadora de empresas Start In. -----

*Relativamente ao imóvel degradado da COMETNA, o Sr. Vice-Presidente informou que foi novamente oficiado o Ministério da Ambiente. Informou também que a Câmara Municipal, face à situação de prédios degradados, está a aplicar uma medida de penalização, medida já aplicada ao imóvel da COMETNA, face ao seu avançado estado de degradação e abandono. Também no âmbito de uma operação da Fiscalização Municipal ao local, foi efetuado um pedido para remoção de líquidos armazenados em bidons no local.-----
Em conclusão afirmou que "dentro da nossa competência e da nossa capacidade temos efetuado todas as diligências com vista a que o proprietário daquele imóvel, que neste momento é do Milenium BCP, possa atuar em conformidade com os normativos legais e que as autoridades competentes, sempre tão exigentes com as autarquias locais, o possam também ser com as instituições privadas". -----*

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou todos os presentes que não se registaram inscrições. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

PONTO 1 – ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Presente para apreciação a "ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Retomada a discussão o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas**, para apresentação do referido Ponto sobre a informação da atividade e situação financeira do Município, realçando alguns dos pontos mais significativos. -----

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Presidente da União de Freguesias Ramada e Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para referir que se congratula que a Municipália já dê resultados mais favoráveis. Referiu também que foi feita uma alteração ao Alvará do B.º Novo dos Bons Dias, que não é um Alvará novo. Fez ainda referência aos 18.000€/Ano da Urb. do Jardim da Amoreira. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve. -----

"Na primeira assembleia municipal ordinária onde se discutiu este ponto e que se realizou no passado dia 12 de Março, colocámos uma série de perguntas que não foram respondidas exceto a que dizia respeito às linhas de água. Voltamos agora a colocá-las. -----

1ª - Oeste Sustentável – Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste Acompanhamento técnico da participação do Município de Odivelas na Oeste Sustentável-----

Procedeu-se à análise e emissão de pareceres técnicos de documentos provenientes da Oeste Sustentável, bem como do Gabinete do Pacto dos Autarcas no âmbito de eficiência energética. -----

Gostaríamos de saber se a nossa participação nesta Agência tem trazido algum benefício para Odivelas. ----

2ª - No seguimento das orientações estratégicas da Europa 2020 e de Portugal 2020, a Câmara Municipal de Odivelas estabeleceu linhas gerais de orientação estratégica no Plano Diretor Municipal, onde são estabelecidos princípios orientadores de política na gestão territorial, nomeadamente para o domínio da Energia e Eficiência Energética. -----

Gostaríamos de saber qual é o principal princípio orientador no domínio da Energia e Eficiência Energética, ou seja são várias as linhas de orientação mas em concreto quais são as ações que estão programadas? ---

3ª - Projetos Comparticipados-----

Atualização do ponto de situação e taxas de execução do Programa Operacional Regional de Lisboa referente às Parcerias para a Regeneração Urbana relativa às operações da Vertente Sul. -----
Relativamente a todo este projeto, neste momento, qual é a taxa de execução?-----



Assembleia Municipal de Odivelas

4ª – Vertente Sul : -----
Notificação às Comissões de Administração Conjunta das AUGI da Vertente Sul para entrega de elementos considerados em falta no âmbito dos processos de reconversão respetivos: Bairros Encosta da Luz, Vale do Forno, Quinta das Arrombas, Serra da Luz e Qta. José Luís. -----

TRABALHOS DECORRENTES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VERTENTE SUL:

Elaboração de Planta de expropriação do IEP, para integrar proposta de redelimitação da AUGI; -----
Planta de cadastro tipo – Vale do Forno e Bairro Maximino para fundamentação de proposta de redelimitação. -----
Elaboração de estrutura para suscitar elementos complementares de instrução e completagem de processo de loteamento. -----
Análise do Novo PDM e reuniões com a equipa da SRUAC de modo a entender as propostas deste **novo plano** no contexto do território da Vertente Sul e da Vertente Nascente. A seguir pode ler-se. -----
Trabalhos decorrentes da elaboração do Plano de Urbanização da Vertente Sul e concomitantes com a área de intervenção da Vertente Nascente Vertente Sul e Nascente -----
Elaboração de Carta com delimitação e caracterização em área das AUGIS; -----
Elaboração de Quadros síntese de caracterização urbanística de AUGIS, para integração de relatório DRU, contemplando indicadores urbanísticos, ocupação urbana e dados censitários. -----

Agora na informação que temos em nosso poder pode ler-se: -----
TRABALHOS DECORRENTES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VERTENTE SUL
VERTENTE SUL (pág.50)? -----

Proposta de Informação sobre aptidão do solo para equipamentos envolvendo estudo de redelimitação de AUGI do Vale do Forno e Encosta da Luz; -----

ACOMPANHAMENTO JUNTO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL DOS ESTUDOS GEOLÓGICOS PARA A CONTENÇÃO DE ENCOSTAS DA VERTENTE SUL -----

Reuniões de acompanhamento dos trabalhos no LNEC; -----
Versão final de peças desenhadas, com localização nova de sondagens e tabelas conexas em datum 73 e Sistema ETRS com correção de cotas altimétricas de instrumentação; -----
Revisão de relatório da Geocontrole, proposta de correção das instrumentações a corrigir “insitu” em conformidade com orientações técnicas do LNEC; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Perfis topográficos e geotécnicos: Versão de Perfis corrigidos com novos dados de sondagens e alterações suscitadas pelo LNEC; -----

Aqui coloca-se uma questão: Os trabalhos do LNEC incidem principalmente, como está mencionado, num plano para a contenção de toda a Encosta da Vertente Sul, ou abrangem unicamente certas zonas habitacionais relativas aos diversos bairros? -----

Mas a questão principal em todo este processo tem a ver com a eventual mudança de conceito relativamente a toda esta área, que não sabemos se existe ou não. -----

Até agora toda a zona delimitada era abordada como um todo, agora está em curso uma redelimitação de toda a área, assim gostaríamos de saber se está um curso uma separação dos bairros existentes após a delimitação que foi aprovada há uns anos, ou seja, existe agora uma nova abordagem para a intervenção na Vertente Sul e essa abordagem irá ser feita bairro a bairro ou mantém-se tudo como está? -----

5ª - PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, PARTICIPAÇÃO E INFORMAÇÃO TÉCNICA E PÚBLICA ELABORAÇÃO DO PDM DE ODIVELAS -----

Gestão das participações escritas endereçadas à Câmara no âmbito da discussão pública: receção das participações escritas enviadas através da plataforma online, email e via postal; respetivo encaminhamento para registo no sistema interno de gestão documental EdocLink; inserção na base de dados EXCEL e georreferenciação em ArcGis, envio de resposta tipo aos expoentes e encaminhamento de algumas participações para análise do serviço municipal com a respetiva competência. -----

A pergunta tem a ver com o seguinte: -----

Enviámos um mail no âmbito da consulta pública do PDM questionando as discrepâncias existentes entre o mapa de zona de cheias da APA e os nossos mapas, e agora podemos ler na informação o seguinte: -----

CONCERTAÇÃO COM A APA SOBRE O ECOSSISTEMA DAS ZONAS AMEAÇADAS POR CHEIAS. -----

Assim, gostaríamos de saber se é intenção dos serviços no sentido de ser encontrada uma forma de aproximação entre os mapas da APA e os mapas do PDM existentes. -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para fazer uma análise da situação financeira. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

“Um bom desempenho da receita é fundamental para conseguir o necessário equilíbrio orçamental, equilíbrio orçamental que sempre aqui defendemos.-----

Recordamos que na Prestação de Contas de 2014, aqui aprovada na passada semana, as receitas correntes representaram 98,4% do total da receita, em que os chamados Impostos Diretos, o IMI, o IUC, o IMT e a Derrama apresentaram uma execução orçamental superior aos 100%. -----

Veja-se a importância de um bom desempenho da receita, da receita corrente e mais importante dos Impostos Diretos. -----

Aquando da análise à situação financeira que aqui efetuámos na 1ª. Sessão Ordinária, demos natural realce à diminuição da dívida Municipal e em especial à diminuição da dívida a curto prazo ou seja aos fornecedores da CMO. -----

Numa análise aos dados em nossa posse e referentes a 31 de Março, verificamos uma subida da receita de 9%, um acréscimo de 939 mil euros.-----

Este acréscimo é resultado de uma subida assinalável em Rendimentos de Propriedade, numa variação positiva superior aos 300%, 1, 271 milhões de euros, mas também variações positivas em Vendas de Bens e Serviços Correntes e em Impostos Indiretos com aumentos na ordem dos 200%.-----

Há pouco, o Sr., Vice-Presidente explicou mais em pormenor alguns destes aumentos.-----

Também a receita corrente apresenta um acréscimo de 12%, 1,2 milhões de euros, mas não podemos deixar de notar pelo lado negativo, os decréscimos que se verificam nos impostos diretos, menos 19%, impostos diretos que nos anos anteriores tiveram um enorme peso na receita e de que falávamos atrás.-----

Falamos no IMI, no IUC, no IMT e na Derrama, situação que é importante na próxima informação financeira possa já ter sido invertida. -----

Também a receita de capital apresenta uma diminuição de 62%, ou sejam 252 mil euros.-----

Quer isto dizer Srs., e Sras., Deputados que se a receita apresenta um saldo positivo em relação ao ano de 2014, aqueles que têm tido um maior peso na receita, os Impostos Diretos, não estão a ter a execução desejável. -----

Se analisarmos a despesa, verificamos que a despesa executada situa-se nos 13,9 milhões de euros, uma variação positiva de 9% e uma execução orçamental de 17%.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

De salientar o aumento de 2,2 milhões de euros, 78%, que se verifica em Aquisição de Bens e Serviços mas também em Transferências Correntes com uma variação positiva de 11%, ou seja 116 mil euros.-----

Na estrutura da despesa as Despesas de Pessoal, com um total de 22% e um aumento de 7% representam o maior peso a que se segue a Aquisição de Bens e Serviços com 17%, aqui a verificar-se um aumento de 78%, como já indicámos. -----

A dívida municipal: -----

Em 31 de Março, o total situava-se nos 26,8 milhões de euros, em que 20,7 milhões de euros se referem a dívida de médio e longo prazo e 6,1 milhões de euros é dívida de curto prazo, ou seja dívida a fornecedores, e nestes dados não estamos a considerar as faturas ainda por validar. -----

Em 31 de Dezembro de 2014, prestação de contas de 2014, a dívida era de 33,6 milhões de euros.-----

Não é muito difícil fazer contas para verificar que em apenas 3 meses a dívida da CMO baixou em 6,8 milhões de euros sendo que a fatia principal na redução se verifica na dívida administrativa com uma redução de 6,5 milhões de euros.-----

Srs., Presidente, Sras., e Srs., Deputados; -----

Estes dados indicam que a manter-se a atual tendência na execução da receita, mais propriamente na receita dos Impostos Diretos, a situação financeira poderá não permitir cumprir com os compromissos assumidos.-----

Mas, e em nossa opinião tudo indica que e em função de alterações legislativas e consequente aumento de alguns impostos, a tendência a nível de alguns dos Impostos será de um possível aumento, principalmente a nível das receitas de IMI. -----

Estarão assim reunidas as condições para a CMO continuar a cumprir com os compromissos assumidos não só com os seus fornecedores mas também continuar com os investimentos necessários de modo a continuar a melhorar a qualidade de vida de Odivelas e dos Odivelenses." -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para questionar o executivo sobre o PDM. -----

Luís Santos, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção para questionar o executivo sobre os prédios devolutos no concelho. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

"A documentação que instrui o ponto relativo à actividade e situação financeira do Município demonstra duas aquisições de prestação de serviços em regime de avença, ambas relacionadas com a actividade do pavilhão Multiusos, num total superior a 110.000 euros. -----

Uma das aquisições foi feita à empresa Rebel Heart – Unipessoal, por 75.000 euros a dividir em três parcelas iguais por outros tantos anos, até final de 2017, com o intuito de dinamizar as modalidades desportivas nos ginásios do Multiusos, enquanto a outra foi adjudicada à empresa Believe Positive, para assessoria na gestão e operacionalização de eventos no referido pavilhão, num total de 35.400 euros, dos quais mais de 33.500 euros serão pagos ainda este ano. -----

Estranham-se estas contratações por quanto se desconhece o desfecho relativamente à contra-proposta realizada pela Câmara Municipal de Odivelas perante a recente decisão da Inspeção Geral de Finanças que propôs que a participação da autarquia na público-privada Odivelas Viva - passo a citar - "terá de ser objecto de alienação obrigatória, já que se verifica, pelo menos, uma das situações tipificadas na alínea d), do nº 1 do artigo 62º, da Lei 50 de 2012", -----

Como todos estarão recordados, recentemente a Câmara Municipal ensaiou um plano de emergência: iniciou o processo para aquisição do capital privado da sociedade Odivelas Viva (proprietária do pavilhão Multiusos e da escola dos Apréstimos), já só em poder da MRG, SA, desde Julho de 2013, para apresentar aos organismos competentes da Administração Central do Estado, contrapondo à eventual decisão de alienação da posição da Câmara na PPP. -----

Perante estas aquisições em regime de avença levantam-se algumas dúvidas:-----

- I. Tanto a Inspeção Geral de Finanças como o Tribunal de Contas já acordaram com a proposta da Câmara Municipal em esta adquirir o capital privado da Odivelas Viva e com a consequente responsabilidade sobre o passivo daquela parceria público-privada? -----*
- II. A actividade desenvolvida no pavilhão já permite receitas que paguem as despesas de operação corrente e, agora, mais estes 110.000 euros em avenças? -----*
- III. Os serviços municipais não são capazes de desenvolver estes serviços cuja compra se anuncia? -----*

Por outro lado, importava conhecer os currículos destas empresas no sector, tanto mais que a descrição dos serviços a adquirir é vaga e não encerra fundamento nem especificação. Oxalá não estejamos perante a repetição de uma outra adjudicação recente, para a dinamização do pavilhão Multiusos fora das fronteiras do concelho, que custou milhares de euros e não teve qualquer resultado relevante? -----

Vejamos quem são os novos adjudicatários (a avaliar pelos seus dados que se podem consultar na internet): a Believe Positive apresenta-se como uma empresa que se dedica à exploração de salas de espectáculos e actividades conexas, à limpeza geral em edifícios, às artes do espectáculo e a actividades



Assembleia Municipal de Odivelas

de ginásio (fitness). Tem um CAE para cada um destes desempenhos. Não muito diferente é o “menu” apresentado pela Rebel Heart: dedica-se a quase todos os mesmos negócios que a Believe Positive. -----

Estas aquisições enquadram-se num paradigma injustificável na gestão da coisa pública que não atende claramente ao rigor que se impõe ao investimento dos dinheiros públicos e qui çá se alheia do conteúdo do recente ofício da Inspeção Geral das Finanças, sobre o equilíbrio e resultados da empresa público-privada Odivelas Viva, a proprietária do pavilhão Multiusos, e de que se conhecem apenas resultados negativos nas suas contas desde que foi constituída, apesar das rendas milionárias pagas pela Câmara Municipal de Odivelas, bem como de ter contraído um empréstimo que pagou, por completo, as construções dos equipamentos que são seus. -----

Assim, transformo esta intervenção num requerimento para suscitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas a resposta às seguintes questões: -----

- I. O currículo destas duas empresas e quais são as funções que foram realmente pedidas as ambas as sociedades; -----
- II. Uma relação de todos os prestadores de serviços, tanto em regime de avença ou de cedência de interesse público, respectivas verbas contratadas com descrição dos períodos a que correspondem, bem como a discriminação das tarefas que realizam na Câmara Municipal. -----

Este requerimento é cometido ao abrigo do disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais. -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve. -----

“Por vezes ataca-me um sentimento de culpa e esta é uma das vezes. -----

Pela intervenção da bancada do PS percebi que existe algum “ciúme” pelas boas relações de que existem entre o PSD e a CDU. -----

É evidente que isso só acontece às vezes, no entanto para equilibrar a situação estive a pensar e resolvi fazer um elogio ao deputado municipal António Ramos, dizendo o seguinte: -----

Esta é uma das poucas vezes que estou de acordo com o que disse o senhor deputado na sua última intervenção. -----

A câmara faz exatamente como faz o governo, ou seja, procura angariar mais receita para satisfazer os seus compromissos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

É evidente que no caso do governo os compromissos não foram gerados por nós. -----

Agora que na câmara a situação está mais equilibrada, em que já abatemos ao défice uns largos milhões de euros, apesar do atraso dos pagamentos a fornecedores ainda continuar muito elevado, talvez seja altura da câmara começar a pensar em devolver algum dinheiro aos seus munícipes por via do IRS e do IMI a exemplo do que acontece em Lisboa. -----

Lisboa tem o seu IMI a 3% e devolve metade do valor do IRS, ou seja 2,5%. -----

Como dizemos constantemente os bons exemplos são para seguir e a câmara devia seguir este bom exemplo de Lisboa.” -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para elogiar o relatório da AMO. Colocou ainda várias questões ao Executivo. -----

O **Sr. Presidente Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr Vice-Presidente da Câmara Municipal** para prestar os seguintes esclarecimentos : -----

“Dada a palavra ao Sr. Vice-presidente esclareceu que quanto à Empresa Municipal, as receitas entravam nos cofres da mesma, fossem elas do Centro Cultural da Malaposta ou das Piscinas Municipais, e com a extinção da empresa, essas mesmas verbas passaram a entrar na contabilidade da Câmara Municipal de Odivelas -----

Relativamente ao Bairro dos Bons Dias, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que os aditamentos aos alvarás destinam-se à regularização de situações herdadas da Câmara Municipal de Loures e eventualmente da Comissão Instaladora. -----

Quanto à questão colocada sobre o funcionamento das fontes no concelho o Sr. Vice-Presidente esclareceu que as fontes encontram-se em funcionamento, e que se encontra em curso um pedido de contrato de manutenção para o lago de Caneças e fonte luminosa de Famões, porque ambas não reúnem as condições mecânicas e elétricas necessárias ao seu funcionamento. Quanto à fonte do Jardim da Amoreira, a mesma encontra-se em funcionamento entre as 18h e as 22h. Informou ainda existirem contratos de manutenção para uma grande parte das fontes do Concelho. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Sobre a parceria público-privada o Sr. Vice-Presidente informou que foram realizadas diversas reuniões com o Tribunal de Contas e com a Inspeção Geral de Finanças e que foi contactada a MRG no sentido de saber qual a sua disponibilidade para vender as ações de que é detentora para se tornar a empresa de capitais 100% municipais, tendo recentemente recebido resposta favorável com apenas uma exigência "que seja corrigido o índice nominal de cada ação ao índice de preços atual, não ultrapassando o valor total de 2.000,00€." Informou ainda que "as informações que temos recebido do tribunal de contas são muito favoráveis, existem ganhos significativos para o erário público". Concluiu afirmando "têm sido dado passos significativos para que o processo tenha o desenrolar que foi aqui aprovado, que foi aqui elogiado, para tentarmos poupar o erário público em mais de 10.000.000,00€ no final deste contrato". -----

Esclareceu também que a maior parte dos processos a que se fez referência relativos ao Pavilhão, Piscinas Municipais e Centro Cultural Malaposta se prendem com serviços anteriormente prestados e que não puderam ser quartados, grande parte professores, técnicos de luzes e som, contratos de gestão e manutenção nessas áreas.-----

Quanto à avença com a Liber, informou ter ficado decidido não prescindir dos seus serviços pelos benefícios demonstrados. -----

Voltando à questão dos prédios degradados, o Sr. Vice-Presidente acrescentou ter-se iniciado no presente ano um processo de agravamento do IMI, como é exemplo a Cometna, com vista à "penalização" dos proprietários pela degradação dos mesmos. Deu ainda nota de que relativamente aos prédios devolutos está em preparação um procedimento em que cumprindo a tramitação legal, serão questionados os proprietários no sentido de averiguar o estado de abandono, tendo por base uma listagem facultada pelos SIMAR que "no início da nossa participação da administração dos SIMAR trouxemos para Odivelas uma listagem de todos os prédios que não têm contador". -----

Quanto à questão colocada sobre o imóvel situado na subida da Arroja, o Sr. Vice-Presidente afirmou já ter sido feita a escritura, constituindo um grande ganho para o Município, e que será dado brevemente início a um processo de demolição da casa, perspetivando o arranjo dessa via de acesso à Arroja. -----

Sobre o Parque dos Bichos, informou ter sido deliberado em reunião de Câmara um protocolo com a empresa Canine Service, que visa uma colaboração pontual ao nível da alimentação no âmbito da comemoração do dia do animal, com ganhos significativos para o Município de Odivelas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Com vista à ampliação do arquivo Municipal, o Sr. Vice-Presidente informou que serão utilizadas as instalações do edifício onde foi desativada uma unidade de saúde da Póvoa de St. Adrião, localizada, junto às antigas instalações da GNR-PSP na Póvoa de St. Adrião.” -----

O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal solicitou ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que fosse concedido o uso da palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira**, para prestar os seguintes esclarecimentos: -----

“Relativamente à questão do LNEC, na última reunião de câmara, trouxemos uma proposta de protocolo de colaboração e parceria com o LNEC, comprometemos-mos em fazer uma divulgação desse trabalho para a câmara e fazer também para a assembleia municipal, porque efetivamente é um processo que a CMO divulgou bastante e é um processo que nos empenhamos muito, e acho que é um processo que toda a assembleia pode ver o trabalho feito porque está notável do ponto de vista técnico com resultados bastantes seguros. Não fazendo só a análise geológica de toda a encosta, das probabilidades de deslizamentos mas também aponta para o programa de ação para aquilo que são medidas mitigadoras dos possíveis perigos que possam existir e consequentemente para a elaboração do PU, e essa é a questão que também nos foi colocada. -----

De facto não há nenhuma alteração, a CMO está empenhada em conjunto com as comissões, que pagam e participam também na realização deste PU, o objetivo é o mesmo, aprovarmos o PU na sua totalidade, os bairros depois serão tratados bairro a bairro mas isso era o que estava previsto, de acordo com as diretrizes que estão no PU, e o PU como sabem tem de ser aprovado também pela CCDR e portanto esta é a metodologia que estava definida, as re-dilimitações são re-dilimitações que tem a ver com erros de delimitação de alguns bairros. Há um problema entre a Quinta do Zé Luís e a Encosta da Luz, que está a ser corrigida. -----

De grosso modo a estratégia mantém se não há nenhuma alteração, os resultados que nós temos sobre a encosta da luz nesta fase são resultados para extrapolar e são também para corresponder nos outros bairros, a análise é global, o LNEC teve em consideração não só os estudos geotécnicos que foram feitos, e que foram as sondagens feitas pelo próprio LNEC e que foram tuteladas pelo próprio LNEC, mas tudo aquilo que já tinha sido feito antes ao nível dos estudos feitos pela CMO. -----

Todas as sondagens foram tidas em consideração e é isso que nos vai ser apresentado e também a colaboração do metro e da junta autónoma das estradas com os estudos que tinham para a execução das vias.” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Retomada a discussão usaram da palavra, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Presidente da União de Freguesias Ramada e Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção solicitando esclarecimentos sobre obras executadas na freguesia Ramada/Caneças e para colocar algumas questões ao Executivo. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para fazer um pedido de esclarecimento sobre a reunião agendada com o Vice-Presidente da CCDR. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Relativamente à proposta da Câmara Municipal de Odivelas em adquirir a totalidade do capital social da empresa público-privada Odivelas Viva, fica por esclarecer qual é a posição da Inspeção Geral de Finanças. -----

Se a memória não me traiçoa, a aprovação da proposta da autarquia não dependerá apenas do Tribunal de Contas ao contrário do que se faz crer.” -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para pedir vários esclarecimentos ao executivo sobre várias matérias, designadamente sobre o número de mediadores do Projeto SEI. No que respeita ao imóvel adquirido pela CMO, solicitou esclarecimentos quanto ao valor pago.-----

O **Sr. Presidente Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para prestar os seguintes esclarecimentos. -----

“Voltando à questão relativa à parceria público-privada o Sr. Vice-Presidente esclareceu que a Inspeção Geral de Finanças, no decorrer das reuniões realizadas com a Câmara Municipal de Odivelas assumiu sempre uma posição de colaboração. Com o objetivo de encontrar com o tribunal de contas a fundamentação jurídica para dar curso e seguimento ao processo, foi efetuada reunião com o Presidente do tribunal de contas Dr. Guilherme de Oliveira Martins, ficando acordada nessa reunião auscultar a MRG quanto à possível venda das ações, tendo a empresa respondido “favoravelmente nos termos que indiquei” estando o processo presentemente em curso conjuntamente com Câmara Municipal de Odivelas e com o tribunal de contas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Relativamente à questão colocada o Sr. Vice-Presidente informou que o valor patrimonial tributável em sede de IMI ao imóvel, foi negociado com o proprietário. -----

Quanto ao Projeto Seil, o Sr. Vice-Presidente em resposta à questão colocada informou que a duração é de três anos, nos seguintes termos: um ano, eventualmente renovável por mais dois, tendo que estar contabilizadas essas verbas. Informou ainda que quanto à listagem dos mediadores do Projeto Seil, será dada a informação posteriormente." -----

O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse concedido o uso da palavra ao Sr. Vereador Paulo César Teixeira, para prestar os seguintes esclarecimentos. -----

"Portanto chegamos a acordo, estamos com os prazos muito apertados, será entretanto comunicado ao Sr. presidente da AMO a marcação da reunião da Assembleia porque terá de haver a de Câmara. Sabemos que existe aquele período transitório que terminará entretanto, temos aqui um calendário bastante apertado mas estou em crer que vamos conseguir cumprir esse calendário e vamos fazer a nossa discussão deste documento também na AMO. -----

Dar nota relativamente às questões de energia, como sabem a CMO aderiu ao Pacto de Autarcas, o pacto pressupunha 2 coisas, apresentação da matriz energética e a definição do plano de ação com base na matriz energética, nós tínhamos dificuldade em elaborar, optamos em determinado momento não por fazer externamente através de empresa porque a câmara tem apenas um técnico em regime de avença, portanto temos um conhecimento muito limitado do ponto de vista técnico, desta realidade e decidimos então aderir a esta agência, para precisamente termos alguma consultoria para elaborar este documento. Nem sempre as expectativas responderam aquilo que era desejado pela CMO, já temos a matriz energética definida, depois de alguma troca de correspondência, com alguns erros foram detetados pelos serviços da CMO e foi enviado, aguardamos que o sistema "how old", em suspenso da CMO, relativamente a isto, porque não tínhamos enviado à Matriz energética que possa ser entretanto retificada também pelo facto de nós estarmos a perceber, a curto prazo, o plano de ação, que vai responder aquilo que o Deputado Luís Salmonete, que são as medidas mitigadoras, medidas que se preveem implementar a diminuição do CO2, etc., e portanto contamos apresentar também um plano estratégico para a energia ao nível do concelho, também a ser trabalhado com a EDP, não podendo comprometer com um prazo, mas acredito que durante este ano, vamos ter boas notícias. -----

Relativamente aos compromissos que foram assumidos, eu acredito que serão revistos em função destes novos documentos, e portanto desejavelmente as coisas poderiam andar mais depressa, mas as



Assembleia Municipal de Odivelas

expectativas, como disse, relativamente à agência, eu acredito estão no bom caminho. Há uma reunião com o Presidente da Câmara de Óbidos, que tutela a agência, na próxima semana que espero esclarecer algumas questões.” -----

PONTO 2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DA MUNICIPALIA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS E.M.:-----

- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1 DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO 2014 -----

- PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DE 1 DE NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO 2014. -----

Presente para deliberação, a proposta de “PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DA MUNICIPALIA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS E.M.: - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1 DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO 2014; - PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DE 1 DE NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO 2014”, de acordo com a informação nº Interno/2015/4245, de 2015-04-16, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, de 2015-04-23, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo Sr Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para a apresentação do referido Ponto. -----

“O Sr. Vice-Presidente apresentou o Ponto 2 da ordem de trabalhos para apreciação da Assembleia Municipal, integrando a prestação de contas de liquidação da empresa municipal relativa ao exercício financeiro entre 1 de janeiro e 31 de outubro, momento da extinção da empresa municipal, bem como o período a posteriori da obrigatoriedade de liquidação entre 1 de novembro a 1 de dezembro. ----- Realçou o resultado referente ao 1º semestre, bem como o resultado final da presente prestação de contas. O Sr. Vice-Presidente referiu-se ainda às exigências da Inspeção Geral de Finanças quanto à liquidação da empresa a partir de 31 de outubro. Decorreram elevados prejuízos decorrentes da revogação do contrato de programa estabelecido entre a Câmara Municipal e a Empresa Municipal, com a reversão de todos os valores que já tinham sido transferidos a título de subsídio à exploração. Foram também assumidos pela CMO os custos estruturais, acrescendo ainda as indemnizações com trabalhadores que decidiram não serem internalizados.-----

Relativamente à prestação de contas da liquidação do período entre 1 de novembro e 1 de dezembro, referiu que a empresa estava sujeita a um processo de liquidação com todos os processos legais e formais



Assembleia Municipal de Odivelas

ao abrigo do regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidade comerciais.-----

Em conclusão " quero dizer que todos os procedimentos com exceção do registo comercial da liquidação, que só poderá ser efetuado a posteriori da vossa decisão de hoje, que poderá ser consumada junto da conservatória respetiva do registo comercial, todos os outros procedimentos foram efetuados registando-se um resultado líquido negativo da liquidação de -41.074,00€". O Sr. Vice-Presidente prestou ainda um agradecimento ao liquidatário nomeado Dr. Mário Máximo, pela forma célere e rigorosa como conduziu todo este processo. -----

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Passou um ano sobre o meu requerimento a suscitar a informação relativa às várias prestações de contas da Empresa Municipal, Municipália. Ainda aguardo pela resposta.-----

Esta Assembleia Municipal nunca foi chamada a aprovar quaisquer Prestações de Contas desta empresa municipal. É a primeira vez que isso acontece, porventura a pretexto de uma outra Prestação de Contas, relativa ao processo de dissolução e liquidação da empresa que teve efeitos a partir de 31 de Outubro do ano passado (2014), há sete meses atrás.-----

Independentemente da discutibilidade jurídica se esta Assembleia Municipal deve ou não aprovar a Prestação de Contas da empresa municipal, continua sem se conhecer quaisquer demonstrações financeiras e documentos relativos às contas da Municipália com excepção única das resultantes do exercício do ano passado, ou seja do período que mediou 1 de janeiro a 31 de outubro de 2014. -----

Portanto, nem sequer nos é dado conhecer a vida financeira da Municipália ao longo da sua existência, nem tão pouco o que contribuiu decididamente para a dissolução da empresa, concretizada pelo cumprimento da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, curiosamente uma prescrição da iniciativa do governo do Partido Socialista, então liderado por José Sócrates, tomada ainda em 2009 e de que resultou uma proposta de Lei, já em 2011, e que foi aproveitada - e muito bem - pelo actual governo de coligação entre o PSD e o CDS. -----

Continuamos a saber tanto como no passado recente: Por que razão os exercícios orçamentais da Municipália foram desastrosos e em que anos isso foi mais relevante? -----

Em concreto sabemos que o "Contrato Programa" para a reestruturação da empresa a ocorrer em 2014 não foi validado pelo Tribunal de Contas: o documento subentendia que o Município de Odivelas – o acionista único da empresa municipal – suportasse todos os prejuízos e pagasse todas as despesas inerentes à actividade, como as contas de electricidade, água, gás, deixando todas as receitas para a Municipália que



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

ficava apenas com a obrigação de liquidar as remunerações dos seus funcionários e artistas contratados e contribuições ao sector público daí decorrentes. -----

É confortável assumir que as Câmaras Municipais podem ou devem suportar esses custos para além dos prejuízos anuais e ou de subsídios à exploração. Isso não resulta de nenhum conceito académico ou de gestão responsável. Mais: trata-se de um benefício que não é justo socialmente, perante as instituições sem fins lucrativos e o restante tecido empresarial. -----

Em boa hora, o legislador não teve essa visão: O plano de reestruturação da Municipália era uma singular engenharia financeira, um conceito de gestão inovador que manteria e avultaria a contribuição da autarquia para com a sua empresa municipal. -----

Recordo, mais uma vez, que tal em Junho de 2007, tal em Dezembro de 2013 quando foi apresentado um 'Plano de Reestruturação': "a Municipália enquadrava-se na política de reorganização e reorientação estratégica do Município de Odivelas". -----

No entanto, não deixa de ser extraordinário que a Câmara de Odivelas conteste agora o processo de dissolução da Municipália, alegando um resultado líquido positivo de 47.846 euros, findo o primeiro semestre do ano passado, portanto uma inversão em tempo recorde – 5 meses – de um deficit superior a 120% da receita, aliás que não se consegue vislumbrar, com precisão, nas contas que nos apresentam. ----

Por inacreditável que possa parecer, os números do monumental prejuízo da empresa, mesmo apesar dos elevados subsídios dados pelo Município ao longo dos anos, já não é o tema fulcral. -----

Antes, a necessidade de termos a consciência de que a Municipália não tinha quaisquer condições em continuar o seu exercício, muito por força de erros de gestão que, porventura terão começado logo após a extinção da OdivelGest e da OdivelCultur, incorporando as suas actividades numa só empresa, precisamente a Municipália." -----

Joaquim Campos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Miguel Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

“Ainda sobre a Empresa Municipal o Sr. Vice-Presidente esclareceu que “ todas as contas da Empresa Municipal, quer do período de exercício entre 1 de janeiro e 31 de outubro, quer no momento do período da sua liquidação, encontram-se consubstanciadas, devidamente documentadas, com todos os elementos e demonstração financeira, relatórios e pareceres do ROC da empresa”. Esclareceu ainda que o tribunal de contas deu visto favorável ao contrato do programa aprovado. -----

Quanto à questão colocada o Sr. Vice-Presidente esclareceu, “é verdade que a Assembleia Municipal nunca se pronunciou sobre as contas e outras questões relativas à Empresa Municipal, e não o fez porque não era da sua competência” concluindo que “se é uma competência da assembleia Municipal a criação das Empresas Municipais, também a sua extinção, que hoje aqui estamos a fazer, a aprovar a extinção, entendemos que também lhe compete juridicamente formalmente encerrar e essa é a razão pela qual vieram aqui as contas” -----

Retomada a discussão usaram da palavra, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para fazer referência ao facto da AMO não se ter pronunciado sobre a prestação de contas da Municpália durante os últimos seis anos. -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para referir que as contas sempre foram à Comissão para serem analisadas, e sempre que foram solicitadas, foram entregues. -----

Presidente da União de Freguesias Ramada e Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para referir que a CDU sempre considerou que era um erro da lei. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para referir que as contas prestadas foram à Comissão, contudo deveriam ter ido à AMO. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

“Ainda sobre a Empresa Municipal e para finalizar o Sr. Vice-Presidente, acrescentou não ser obrigatório submeter as contas daquela empresa Municipal à Assembleia Municipal, elas foram sempre apresentadas em termos consolidados, porque a Câmara era o acionista único. A Câmara Municipal mandatava a Sra. Presidente como sua representante conferindo-lhe o direito de voto em Assembleia Geral da Empresa,



Assembleia Municipal de Odivelas

sendo as contas posteriormente submetidas a Reunião de Câmara.” -----

Retomada a discussão usou da palavra, o seguinte Membro da Assembleia Municipal: -----

Carlos Roda, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para ler o que se encontra no Regimento da AMO sobre esta questão. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

“Relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal o Sr. Vice-Presidente esclareceu que o mesmo não supera a lei, este apenas rege o funcionamento da Assembleia, não fiscaliza aquilo que não é da sua competência.” -----

Retomada a discussão usaram da palavra, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para fazer referência à questão da liquidação da Municpália. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para fazer referência à questão política inerente à liquidação da Municpália. -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para referir a diferença entre a liquidação de uma empresa e o seu encerramento e o acompanhar das contas. Referiu ainda que é preciso ver nos anos de mandato da Dra. Susana Amador, o que aconteceu na área da educação, ds escolas que não existiam, da ação social, dos espaços verdes e dos transportes que não tínhamos. -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, apresentou um requerimento para se passar diretamente à votação do Ponto -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o requerimento a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o documento "**Prestação de Contas/Liquidação da Municpália, Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas E.M.: - Prestação de Contas de 1 de janeiro a 31 de outubro 2014; - Prestação de Contas/Liquidação de 1 de novembro a 31 de dezembro 2014**" a votação, tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas PS e PSD, com os votos contra da bancada do BE e com a abstenção da bancada da CDU e do CDS/PP e do deputado Miguel Ramos. -----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Miguel Ramos, José Pignatelli, Joaquim Campos, Luís Santos** pelas bancadas do **PS, CDS/PP, CDU, e do BE** respetivamente, e pelo Presidente da União de Freguesias Ramada Caneças, **Ilido Ferreira**, em nome individual, que seguidamente se transcrevem. -----

Miguel Ramos – -----

"A decisão da Inspeção Geral de Finanças de encerramento da Municpália de Junho de 2014, promoveu como é do conhecimento de todos um processo de dissolução e liquidação, tendo sido tomadas decisões nesse sentido pelo Executivo Municipal e por esta Assembleia Municipal com efeitos a 31 de Outubro de 2014 e de que resultaram a partir dessa data da internalização das actividades até aí desenvolvidas pela Municpália.-----

*Tem pelo referido processo a Camara Municipal de Odivelas nos termos da Lei aplicável que submeter a esta Assembleia Municipal a **Prestação de Contas de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Outubro de 2014** bem como a **Aprovação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do período de Liquidação de 1 de Novembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014**.-----*

Da análise destes dois documentos constata-se que no primeiro semestre de 2014 e face ao Plano de Reestruturação o resultado era de aproximadamente 48000,00€ positivos. O que vem comprovar que o caminho traçado e previsto era o correcto e prova disso era a evolução favorável e positiva que aconteceu. Não podemos esquecer que a Municpália era a única empresa existente à data no nosso concelho, resultado da fusão da Odivelgest e da Odivelcultur e que havia sido promovida e assumida sem imposições externas com o objectivo de permitir a sua manutenção e viabilização como sempre o PS defendeu. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Mostrou este Governo e a IGF uma total insensibilidade perante estes factos e os resultados da reestruturação promovidos pela Câmara Municipal. -----

Mais, como tem sido apanágio deste Governo mostrou uma total insensibilidade pelos trabalhadores da Municipália e pelas actividades da Municipália, únicas como é do conhecimento de todos fora da grande Lisboa. -----

Por mais que se quisesse os resultados finais vieram a sofrer com todas estas contingências. -----

Primeiro pela revogação do contrato-programa realizado com a Camara Municipal, com consequente reversão das verbas já transferidas a título de subsidio à exploração, bem como a assunção pela empresa de custos de funcionamento que o Plano de Reestruturação determinara que seriam assumidos pelo accionista único. -----

É por isso natural e inevitável o resultado final da empresa, mas mesmo assim é importante reforçar que se não fosse a total inflexibilidade da IGF e perante o quadro do Plano de Reestruturação aprovado, com os contrato-programas adequados e equilibrados a Municipália era uma empresa viável e perfeitamente justificável como única empresa municipal num Municipio como é Odivelas." -----

Porque sejamos claros, a prestação de serviços e as actividades desenvolvidas eram de inegável qualidade e até de excelência. Algo que acreditamos era merecido para os nossos 150 000 habitantes e para os muitos visitantes da área metropolitana de Lisboa. -----

Não foi todavia este o entendimento deste governo e da IGF. -----

Lamentavelmente devemos assumir. -----

Uma palavra final para todos os trabalhadores e colaboradores, actualmente e na sua maioria trabalhadores da Camara Municipal de Odivelas e que estão a desenvolver um trabalho notável na manutenção possível e com idênticos padrões de qualidade da prestação de serviços anteriormente desenvolvidos. -----

A todos eles o nosso obrigado. -----

É pois perante estes motivos que a Bancada do partido Socialista irá aprovar os documentos em apreciação."

José Pignatelli – -----

"Abstive-me nas matérias que se relacionam com o processo de dissolução e liquidação da empresa Municipália por entender que não tenho de aprovar a Prestação de Contas de 2014 e tão só porque continuo sem conhecer quaisquer demonstrações financeiras e documentos relativos às contas da Municipália com excepção única das resultantes do exercício do ano passado. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Desconheço a vida financeira da Município ao longo da sua existência, nem tão pouco o que efectivamente contribuiu para a dissolução da empresa, concretizada pelo cumprimento da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. -----

Faz todo o sentido manter a pergunta: -----

Quais foram os exercícios orçamentais da Município mais desastrosos e em que anos isso foi mais relevante? -----

Mas observando com atenção a documentação relativa à Prestação de Contas dos dez meses do exercício de 2014, levantam-se outras duas questões: -----

- I. Qual a razão que justifica que o maior devedor à Município, à data da liquidação, seja o próprio acionista único, a Câmara Municipal de Odivelas?* -----
- II. Qual é a razão objectiva que leva o Revisor Oficial de Contas a escrever no 'Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria' referente às contas em 31 de Outubro do ano passado que - passo a citar - "os pagamentos especiais por conta relativos ao ano de 2009 e de 2010, no montante de 2.975 euros e de 3.207 euros, foram anulados por gastos relativos a períodos anteriores por ter caducado o direito à sua dedução".* -----

Aproveito para suscitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal as respostas às perguntas antigas que agora resultam em seis e que dispenso de as fazer aqui, neste fórum, esperando que sejam dadas de modo célere por que foram, há muito, ultrapassados todos os prazos. -----

As questões relativas ao passado financeiro da empresa Município que continuo a desconhecer e que pretendo saber são: -----

- I. Prestação de Contas de todos os anos da vigência da empresa Município, portanto desde que a empresa manteve exercício, até 31 de Dezembro de 2013;* -----
- II. Relação das receitas e despesas do exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 da empresa;* -----
- III. Os pedidos atrás mencionados, deverão incluir a separação dos exercícios relativos à execução da piscina municipal e da Malaposta, bem como os respectivos mapas de pessoal, montantes globais da massa salarial;* -----
- IV. O documento deverá descrever o(s) montante(s) transferidos pela Câmara Municipal, bem como a que título foram devidos;* -----
- V. Cópias dos mapas com as receitas e despesas dos exercícios de 2013 bem como o valor do passivo acumulado de então;* -----
- VI. Mapa com custos anuais dos exercícios e despesas com a Administração da Empresa Municipal, desde a sua fundação até à sua liquidação.* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Este requerimento é cometido ao abrigo do disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais. "-----

Joaquim Campos – -----

"A Municipália E.M. findou o seu exercício normal, na data de 31 de Outubro de 2014, entrando em processo de liquidação que expirou em 31 de Dezembro de 2014, fruto da necessidade, por parte da Câmara Municipal de Odivelas, de proceder à sua extinção, no cumprimento do estabelecido na lei 50/2012 de 31 de Agosto. -----

Mais do que uma apreciação exaustiva das contas do exercício até 31 de Outubro ou das contas da liquidação até 31 de Dezembro, não só pela circunstância complexa da situação criada, como por falta de dados comparativos, ao exercício anterior, não nos permite fazer uma análise séria e correta, das mesmas, pelo que nos iremos pronunciar pela apreciação política dos motivos da sua extinção. -----

É verdade que a lei 50/2012 é a responsável, pela decisão da extinção da empresa, mas também é verdade que esta lei, foi extraída pelo Governo do PSD/CDS, de um estudo elaborado por um grupo de trabalho, nomeado pelo governo do Partido Socialista, que previa nas suas conclusões e propostas, a forma de proceder ao encerramento das empresas municipais. -----

É verdade que a empresa Municipália, é extinta em 2014, com base nos seus resultados de 2009, 2010 e 2011, mas também é verdade que ninguém pode dizer que não conhecia a referida lei e que o destino da Municipália estava efetivamente traçado, caso a lei não fosse alterada. -----

É verdade que a referida lei está ferida de inconstitucionalidade, por ser uma lei de aplicação retroativa, mas também é verdade que embora com maiorias PS se manda fazer um estudo cujo resultado final foi este, e com maiorias PSD/CDS se cria uma lei deste tipo e não se suscita a sua inconstitucionalidade. -----

É verdade que previamente se fundiram as duas empresas municipais existentes, a Odivelgest e a Odivelcultur, e se aprovaram, mais recentemente, em 2014, planos de reestruturação com vista à recuperação dos resultados da empresa, mas também é verdade que conhecendo-se já lei e os seus claros objetivos, os anos de 2012 e 2013, foram de claros record's de resultados negativos dos exercícios, com relevância para o de 2013 que terminou com um resultado negativo de 738.386 euros. -----

É verdade que a Câmara Municipal, entregou à gestão da Municipália o Pavilhão Multiusos, a gestão dos ginásios e da cafetaria, bem como um acordo, para uso do Nave principal do Pavilhão, por parte do Sporting Clube de Portugal, mas também é verdade, que se tratou de um presente "envenenado", já que se consubstanciou, em resultados altamente negativos para a gestão da Municipália, o Sporting não cumpriu o acordo, na altura devida, a cafetaria teve alguns resultados interessantes, mas o conjunto da exploração



Assembleia Municipal de Odivelas

dos bares sempre foi negativa, e a gestão geral do Pavilhão foi um desastre, daí que foi necessário, devolver a gestão do mesmo, à Câmara.-----

É verdade que a Câmara Municipal, aceitou passar a pagar, a água a luz e o gaz e serviços de limpeza de todos os equipamentos da Municpália, mas também é verdade que o Complexo das Piscinas Municipais isolado (enquanto gestão da Gesloures e depois com a Odivelgest e mesmo com a própria Municpália) se mostrou um equipamento, desde que bem gerido, autossuficiente pagando sempre a água a luz, o Gaz e com trabalhadores da própria empresa municipal a fazer o serviço de limpeza e nos últimos anos sem qualquer atribuição de subsídio à exploração. -----

É verdade que a CDU, sempre propôs, ainda muito antes da existência da lei 50/2012, e da fusão das empresas municipais, que a vertente Cultural da Malaposta deveria ser integrada nos serviços da Câmara e que a Odivelgest se deveria manter como estava, mas também é verdade que a maioria PS/PSD na Câmara sempre se opôs, e hoje a empresa Municpália não existe e têm de ter os dois serviços integrados na Câmara. -----

É verdade o serviço de excelência, prestado pelas duas áreas (Cultura e Desporto) sob a gestão das empresas Municipais, seja pela Gesloures e Amascultura, no tempo do Concelho Loures, bem como pela Odivelgest a Odivelcultur e a extinta Municpália, já no nosso Concelho de Odivelas. Esperemos e desejamos que se mantenham os mesmos critérios de excelência agora com o crivo da gestão municipal.---

É verdade que a excelência destes serviços se deve em grande parte, à dedicação e trabalho de todos os trabalhadores, da Municpália, honra seja feita a esse reconhecimento mas também é verdade, que foram eles as maiores vítimas, desta lei e dos posicionamentos políticos que se teve, no decorrer dos anos. Foram eles que viram os seus salários cortados, como se fossem funcionários públicos, (coisa que nunca foram), foram eles que tiveram de optar, "sem opção", de escolher entre não internalizar, porque iriam ser altamente prejudicados e aqueles que tiveram de optar "sem opção" por internalizar mesmo sendo prejudicados nos seus salários estão agora sujeitos a um concurso para ver se ficam ou não ficam na Câmara. -----

É a estes trabalhadores, os que ficam na Câmara, os que tiveram que sair, alguns com mais de 2 dezenas de anos de serviço aos dois equipamentos (Piscinas e Malaposta), que abstando-nos na votação destas contas, lhes desejamos as maiores felicidades e o nosso apoio." -----

Luís Santos – -----

"Pela primeira vez em muitos anos a Assembleia toma conhecimento das contas da Municpália. À parte da questão legal em torno da necessidade de pronúncia da AMO sobre o exercício financeiro da empresa, é



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

completamente impossível tomar qualquer posição devidamente fundamentada sem conhecer toda a trajetória financeira e económica dos últimos anos. -----

No que se refere à insolvência/extinção da Municpália, há muito que a posição do Bloco de Esquerda é conhecida. Em devido tempo chamámos a atenção para a necessidade de integrar os serviços prestados pela empresa, assim como todas e todos os seus trabalhadores na esfera do município.-----

Nesses momentos, fomos acusados de irresponsabilidade, falta de sensibilidade com as e os trabalhadores e de falta de conhecimento da realidade das necessidades da gestão corrente dos serviços públicos prestados pela Municpália. Manter a empresa é a única forma de assegurar os postos de trabalho e os serviços públicos prestados, dizia-nos a maioria que ainda hoje governa a Câmara.-----

No final de 2013 tentando evitar o inevitável foi feito um plano de reestruturação da Municpália. Esse plano, de forma resumida, consistia na retirada da contabilidade de todas as despesas funcionamento dos serviços desenvolvidos pela empresa, com excepção dos custos com pessoal. Com a assunção dessas despesas pela Câmara, pensava a maioria ter encontrado uma forma de contornar a lei e impedir o fecho da Municpália. -----

Não foi isso que aconteceu e em 31 de outubro de 2014 a empresa acabou por encerrar, deixando os serviços culturais, desportivos e recreativos por si prestados nas mãos da Câmara Municipal de Odivelas. Com esta solução tardia e imposta pela IGF, de forma inaceitável, quase metade dos e das trabalhadoras que asseguravam esses serviços públicos ficaram sem o seu posto de trabalho, ao fim de anos de esforço e dedicação. -----

Assim, o Bloco de Esquerda, reiterando a sua total solidariedade com os e as trabalhadoras da Municpália, só pode votar contra o ponto apresentado." -----

Ilídio Ferreira – -----

“O meu voto tem como suporte a opinião que sempre manifestei sobre este assunto, muitas vezes e em vários anos como elemento da CDU. Não fomos ouvidos. Sempre prevaleceu a “razão da força” contra a “força da razão”. O resultado está à vista.”-----

Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração plenário retirando o ponto 3 para ser deliberado na próxima reunião, tendo sido aprovado por unanimidade.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h31m
dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi
assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----